

O SR. ROBERTO TRIPOLI (PV) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Pela ordem, o nobre Vereador Roberto Tripoli.

O SR. ROBERTO TRIPOLI (PV) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, primeiramente, quero elogiar a atuação do Vereador Francisco Chagas. O Vereador Chagas é ligado ao Sindicato dos Químicos, e defende a posição que colocou aqui, até neste momento. Quer dizer, acho que o Vereador foi eleito pelo Sindicato dos Químicos - fora outros pessoas, naturalmente -, mas é uma pessoa que sempre foi clara, sempre falou o que pensou da tribuna - nunca mandou recado. Então, sua tese foi muito bem defendida. Queria lembrar também que esse debate vem de 2007. Quer dizer, nós não tivemos nenhum atropelo, em nenhum momento, porque nós temos projeto do Vereador Arselino Tatto, que é do PT, dessa época. Então, quer dizer, não houve atropelo.

Mesmo no fim do ano, se todos lembrarem, houve um grande debate sobre proposta do ex-Vereador e atual Deputado Estadual, es-Líder do PSDB, Carlos Alberto Bezerra Jr, que quase votamos no final do ano. Esperamos quase 6 meses de debate. O debate enriquece a Casa, o debate faz crescer o Parlamento.

Em terceiro lugar, com relação às assinaturas do substitutivo, queria elogiar a forma como foi apresentado ao Plenário pela Presidência, porque facilita que as pessoas saibam o que estão assinando, porque nem todos conhecem a assinatura dos Srs. Vereadores. Então, sempre vem para mim um projeto de lei. “Você assina?”. Eu não sei de quem é a assinatura. Pergunto: Mas de quem é? Quem está assinando junto?. Ali, não. Ali está muito claro, ali diz os Srs. Vereadores que apoiam e, em cima, está o número.

Em relação a precedentes, estou na Casa não há 28 anos, “300 dias, 600 minutos e 30 segundos”, como já ouvi aqui, mas estou na Casa há bastante tempo e já houve outros momentos semelhantes, quer dizer, com tensão. O Parlamento é isso, é discussão, é tensão.

O Vereador Aurélio Miguel colocou o seu posicionamento, o que enriqueceu o debate. Falou da questão das garrafas pet e colocou que deveríamos discutir não só as sacolas plásticas, mas também as garrafas pet, aquele saco plástico preto que será usado se não forem usadas as sacolinhas. Acho que, daqui para frente, podemos rediscutir essa questão, que também é positiva. Sr. Presidente, parabeno V.Exa. pelo encaminhamento que deu, dentro da lisura que todos conhecem de V.Exa. Sabemos que V.Exa. nunca iria cometer algum ato ilegal, principalmente na presidência do maior Parlamento Municipal. Com o apoio do Partido Verde e de vários Srs. Vereadores, com certeza, tudo foi feito dentro da lisura.

É natural os Srs. Vereadores buscarem defender a tese de que houve algum erro, de que Regimento não foi respeitado ou de que não foi votado.

O SR. WADIH MUTRAN (PP) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO TRIPOLI (PV) - (Pela ordem) - Enquanto eu estiver com a palavra, V.Exa. guarde, por favor.

O SR. WADIH MUTRAN (PP) - V.Exa. parou de falar, eu pedi pela ordem.

O SR. ROBERTO TRIPOLI (PV) - (Pela ordem) - Em quarto lugar, Sr. Presidente, acho que tivemos vários embates nesses últimos dias, principalmente em relação a esse tema e a Câmara também não ficou só em cima desses temas, discutiu outras questões importantes para São Paulo também.

Nesse sentido, conversando com a maioria dos Srs. Líderes presentes nesta Casa, requerido de V.Exa. o encerramento da presente sessão, e também, se possível, Sr. Presidente, o cancelamento de todas as demais sessões extraordinárias de hoje, sendo que demandamos muito tempo, muita discussão e muita conversa e os Srs. Vereadores precisam também pensar um pouco mais para, no dia de amanhã, voltarmos e discutirmos novas propostas para São Paulo.

Então, acho que este semestre foi muito bom. Tivemos a aprovação da Fundação Teatro Municipal; a criação de 9 mil cargos de professores para futuras 54 escolas que vão ser criadas; o desenho universal da habitação popular. Esta Casa está funcionando e o Parlamento é assim, como disse o nobre Vereador Carlos Apolinario, ex-Governador do Estado, é debate.

O Vereador Aurélio Miguel está no seu direito de discutir, debater, usar o Regimento Interno até as últimas consequências. Eu, por exemplo, já fiquei nesta Casa 24 horas debatendo uma matéria. Na época, o Regimento nos dava esse direito. Hoje, já não. Hoje, pelo Regimento, são duas horas, encerramento, e fim. Mas, quero parabenizar todos os Srs. Vereadores pelo debate. Como o Vereador Chagas colocou, acho que enriqueceu, de fato. Muitos que não conheciam essa matéria, hoje têm uma noção do que se trata e vão ser aprofundar, vão vir com novidades, com certeza.

Então, parabenozo os Srs. Vereadores do PT; parabenozo o Sr. Vereador Aurélio Miguel pela atuação na Oposição; e os Srs. Vereadores que acompanharam esse projeto, que é positivo para São Paulo. Acho que São Paulo está atrasado nesta situação e nós vamos avançar a cada vez mais.

Requerio a V.Exa., dentro dessa linha, que possamos encerrar a presente sessão e também o cancelamento de todas as sessões extraordinárias de hoje.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO TRIPOLI (PV) - (Pela ordem) - Então, é isso, Sr. Presidente. Não é, nobre Vereador Claudio Fonseca? (Pausa) Como que é? É inviolável. Este espaço, como o Sr. Vereador está falando é inviolável. Então, por favor, Sr. Vereador Natalini está com o pé aqui.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a colocar. Aguardo o posicionamento de V.Exa.

Muito obrigado a todos os Srs. Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Vamos submeter à votação essa solicitação de V.Exa., tão logo façam os dois últimos - me parece - os dois últimos comunicados. O Vereador Wadih Mutran já solicitara a palavra, vou conceder a S.Exa., e ao Sr. Vereador Natalini.

Tem a palavra, pela ordem, nobre Vereador Wadih Mutran.

O SR. WADIH MUTRAN (PP) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, aqui dentro do meu pensamento, prometi não falar mais nada hoje. Mas, em virtude das palavras do Sr. Líder do Governo nesta Casa, me deu uma sensação, da forma como S.Exa. falou, como quem diz: “28 anos e 28 dias”, eu quero dizer que tenho a honra e o orgulho de falar que estou nesta Casa há 28 anos, 4 meses e 17 dias. E não é da forma como S.Exa. colocou. Da forma como o nobre Vereador Roberto Tripoli mencionou, quis dizer que não adianta nada eu ter 28 anos de Casa, pois quem manda é ele, quem aprovou foi ele, quem resolveu foi ele.

Aproveito a oportunidade de dizer a V.Exa. e aos demais Vereadores que só se mudar a Constituição do País, porque esse projeto é inconstitucional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Natalini.

O SR. NATALINI - (Pela ordem) - Sr. Presidente, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo, a qual tenho a honra de presidir, é composta por 7 Srs. Vereadores: eu e os Vereadores Francisco Chagas, Ítalo Cardoso, Sandra Tadeu, Floriano Pesaro e Ushitaro Kamia. E nós temos trabalhado, Sr. Presidente, de uma forma extremamente uníssona. Temos feito dessa Comissão uma Comissão que está funcionando. Estivemos visitoriando a fábrica da Nuclemon, com material radioativo. Ontem, realizamos uma vistoria detalhada no projeto Operação Defesa das Águas. Estivemos na empresa Controlar, enfim, a Comissão tem adotado uma postura muito positiva e muito unitária.

Nesse caso particular da votação do banimento das sacolinhas plásticas, tivemos posições divergentes de membros da Comissão. Eu, como presidente da Comissão, votei favoravelmente ao projeto que faz o banimento. O nobre Vereador Francisco Chagas, vice-presidente, com seus argumentos, votou contrário ao projeto.

Isso não significa que estejamos, obviamente, no decorrer do ano, em campos opostos. Pelo contrário, foi uma posição pontual, e eu votei favoravelmente, Sr. Presidente, porque acho realmente que o espalhamento das sacolinhas plásticas pela natureza em geral é muito ruim. Qualquer córrego de São Paulo, qualquer mata de São Paulo, ou entorno de São Paulo, que a gente vá, encontra milhares de sacolinhas plásticas deixadas na natureza por pessoas que as utilizam e as abandonam de uma forma absolutamente aleatória e prejudicial. Não há quem negue que o depósito da sacolinhas plásticas ou de qualquer outro componente na natureza possa prejudicar o meio ambiente.

Então, quero parabenizar a Câmara Municipal de São Paulo pelo dia de hoje. Trata-se de um dia histórico, não só pelo debate que aqui ocorreu dos favoráveis e dos contrários, pois faz parte do jogo democrático, mas pela votação em que a maioria se posicionou a favor do banimento das sacolinhas plásticas. O projeto foi aprovado, vai para análise do Prefeito e espero que S.Exa. o sancione. E, se houver questionamento jurídico, como foi citado, ajudaremos a defender a ideia do banimento da sacolinha plástica, não só em São Paulo, mas como um paradigma para o Brasil.

Porque um dos argumentos usados é que não se pode atacar um pequeno ponto sem atacar todas as questões. Eu sou contrário a esse posicionamento. Acho que temos de ir ponto por ponto avançando. Se pudemos tirar outros elementos - dei o exemplo no dia anterior -, se pudemos banir o mercúrio da cidade de São Paulo, devemos fazê-lo, principalmente dos aparelhos médicos que, quebrados, derramam mercúrio no meio ambiente. Isso é muito nocivo à saúde humana e mesmo à vida na nossa cidade, no planeta.

Então, Sr. Presidente José Police Neto, aproveito para parabenizar a condução de V.Exa. que foi um Presidente extremamente democrático, tolerante, deu voz a todas as partes, aos contrários, que aqui se manifestaram, teve paciência. Foi uma presidência absolutamente serena nesse processo, e a democracia falou, a maioria falou, o voto veio, foi computada a votação e estão banidas as sacolinhas plásticas da cidade de São Paulo.

É uma vitória para o meio ambiente. É uma vitória da cidadania. É uma vitória da cidade de São Paulo. Falo em meu nome, como presidente da Comissão de Meio Ambiente, embora ela tenha vozes discordantes. Mas, vamos continuar discutindo os assuntos e vamos continuar trabalhando para a melhoria da vida na cidade de São Paulo.

Obrigado, Sr. Presidente, pela concessão da palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Portanto, rejeitadas as emendas, o PL 496/07 vai à sanção nos termos do substitutivo do Substitutivo nº 5, aprovado pelos Parlamentares que aqui se manifestaram.

Parece-me uma questão fundamental a paciência e a tranquilidade que o Parlamento tem de ter no amadurecimento de todas as matérias aqui tratadas. Essa foi uma delas, em que a Mesa, recorrentemente, ao ser questionada, vem tentando trazer à luz todas as informações pertinentes. Não foi diferente da leitura de processos similares a esse, nobres Vereadores, como o do banimento do amianto. As dúvidas na sociedade, quando se discutia outrao o banimento do amianto, levaram a consequentes avaliações de que seria impossível que a Casa adentrasse essa discussão. Muitos foram os Parlamentares, naquele momento, que anunciaram a hipotética inconstitucionalidade. Também foram muitos os Parlamentares que se preocuparam; uns com a aprovação do banimento e outros, com a forma como se fazia. Este momento não é distinto e a forma que se buscou esse processo foi o diálogo à exaustão. Já estamos há um tempo longo discutindo essa matéria. As matérias que aqui anunciei foram aprovadas utilizando-se esse dispositivo de exercitar o esforço de levarmos a reuniões colegiadas para a instrução de substitutivos. Foi de um processo como esse que nasceu a Lei 12.879, que dispõe sobre horário de funcionamento dos bares da Cidade; lei que hoje garante uma parte ponderável do Psui. E jamais foi questionada, seja o instrumento que levou à votação, seja a importância que a lei tem para a cidade de São Paulo.

Portanto, Srs. Vereadores, Presidência fez e continuará fazendo esforços para que todos os Parlamentares possam usar os microfones de apartes, os microfones da tribuna e os seus tempos regimentais, para ser absolutamente zelosa na consagração do nosso Regimento Interno como um instrumento que nos protege nas nossas relações. Mas não é a simpatia que conduzirá os nossos trabalhos. Os nossos trabalhos serão sempre conduzidos pelo Regimento Interno, pela nossa Lei Orgânica, pela Constituição Estadual e Federal, que consagra todos os paulistanos, paulistas e todos os brasileiros.

Vamos também solicitar ao nosso Apoio que produza não só as notas taquigráficas necessárias ao encaminhamento aos dois Parlamentares que as solicitaram, assim como a possibilidade de áudio e vídeo das sessões que realizamos na semana passada e hoje, para que não parem dúvidas sobre o esforço que realizamos nessas quatro, cinco, seis, sete, oito, nove sessões, entre ordinárias e extraordinárias, nas quais debatemos essa matéria.

O nosso esforço sempre será esse, em todas as matérias, recorrendo sempre à tentativa de entendimento àquele que consagra o Parlamento como um encontro das ideias, mas também orientado pelo Regimento, quando esse consenso não for possível. Se o Regimento nos permite avanços, nós os utilizaremos, permeados pelo nosso Regimento Interno.

Quero agradecer a todos que nos acompanharam, aos funcionários que deram suporte a este nosso trabalho, sejam aqueles que assessoram os mandatos, sejam aqueles que assessoram a burocracia estável que nos dá comando. Quero agradecer sinceramente. Mas quero agradecer em especial aos 55 Vereadores - na realidade, no dia de hoje, um pouco menos do que isso, mas próximo disso - que participaram intensamente desse debate. Quero, neste momento, submeter aos Parlamentares o encerramento da presente sessão e também desconvocar, seguindo solicitação apresentada pelos Vereadores que aqui nos acompanharam no bom debate, as demais sessões. Portanto, desconvoco as duas últimas sessões de hoje, já que não temos pauta para a sessão subsequente a esta e à posterior, visto que elas tinham a mesma pauta que já deliberamos, ficando as duas prejudicadas.

Esta Presidência encerra a presente sessão e relembra a convocação da próxima sessão ordinária para amanhã, dia 18 de maio, às 15h, e mais cinco sessões extraordinárias, logo após a ordinária, com pauta a ser publicada no *Diário Oficial*. Lembro aos Srs. Vereadores que já anunciamos essa pauta, da qual constará o projeto que trata da minirreforma tributária, Projeto de Lei 144; o projeto que trata dos melhoramentos viários da Operação Urbana Água Espreada, Projeto de Lei 25, e também o projeto de lei que trata do mobiliário urbano, do ano passado.

Esses três projetos, conforme entendimento dos Líderes na semana anterior, já estavam anunciados e continuarão nas pautas de quarta-feira. E também vamos aderir a essa pauta o remanescente da pauta de hoje, permitindo, amanhã, se os Parlamentares assim conseguirem, debater projetos do Executivo e projetos de Vereadores recorrentes à pauta de hoje. Portanto, desconvoco as demais sessões convocadas para o dia de hoje. Boa noite a todos. Muito obrigado.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

RETIFICAÇÃO DA SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4

No Diário Oficial da Cidade de São Paulo de 1º de junho de 2011, pág. 150, 2ª coluna, leia-se como segue e não como constou:

171ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

04/05/2011

- Presidência do Sr. José Police Neto.

- Secretaria do Sr. Netinho de Paula.

- Às 17h25min, com o Sr. José Police Neto na presidência, feita a chamada, verifica-se haver número legal. Estiveram presentes durante a sessão os Srs. Abou Anni, Adolfo Quintas, Alfreidinho, Anibal de Freitas, Antonio Carlos Rodrigues, Arselino Tatto, Atílio Francisco, Attila Russomanno, Aurélio Miguel, Aurélio Nomura, Carlos Apolinario, Carlos Neder, Celso Jatene, Chico Macena, Claudinho de Souza, Claudio Fonseca, Claudio Prado, Dalton Silvano, David Soares, Domingos Dissei, Edir Sales, Eliseu Gabriel, Floriano Pesaro, Francisco Chagas, Jamil Murad, José Ferreira dos Santos - Zelão, José Rolim, Juliana Cardoso, Juscelino Gadelha, Marco Aurélio Cunha, Marta Costa, Milton Ferreira, Natalini, Netinho de Paula, Noemi Nonato, Paulo Frange, Quito Formiga, Ricardo Teixeira, Roberto Tripoli, Sandra Tadeu, Souza Santos, Tião Farias, Toninho Paiva, Ushitaro Kamia, Wadih Mutran. O Sr. Agnaldo Timóteo encontra-se em licença.

SECRETARIA DAS COMISSÕES – SGP.1

EQUIPE DA SECRETARIA DAS COMISSÕES DO PROCESSO LEGISLATIVO – SGP.12

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

A Comissão de Finanças e Orçamento convida o público a participar de Audiências Públicas sobre o Projeto de Lei nº 183/11, de autoria do Executivo, que “Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2012.”, nas datas, locais e horários abaixo:

Data: 10/06/11

Horário: 13:00 às 15:00 h

Audiência Pública Temática

Trânsito, Transportes, SPTrans, CET (nova audiência)

2ª Audiência Pública Geral

Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Local: Auditório Prestes Maia, 1º Andar.

A COMISSÃO DE POLITICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE CONVIDA O PÚBLICO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE REALIZARÁ:

Data: 08/06/11

Horário: 10:00 h

Local: Plenário 1º de Maio - 1º andar

Tema: “Tombamento e Preservação da Chácara da Fonte no Morro do Querosene”

A COMISSÃO DE POLITICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE CONVIDA O PÚBLICO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE REALIZARÁ E QUE TERÁ COMO OBJETO AS MATÉRIAS ABAIXO ESPECIFICADAS:

Data: 08/06/11

Horário: 12:00 h

Local: Plenário 1º de Maio - 1º andar

1ª Audiência Pública aos PLs:

1) PL 020/08 - Ver. Ricardo Teixeira - Dispõe sobre acerca da Obrigatoriedade da Instalação de Equipamento de Compactação de Materiais Recicláveis em Local Adequado, no Município de São Paulo, e dá outras providências.

2) PL 137/09 - Ver.ª. Marta Costa - Dispõe sobre a realização da campanha de não utilização de copos e xícaras plásticas no âmbito do funcionalismo municipal, e dá outras providências.

3) PL 469/08 - Ver. Aurélio Nomura - Institui o Selo SOCIOAMBIENTAL, no âmbito da Administração Pública Municipal, e dá outras providências.

4) PL 476/08 - Aurélio Nomura - Determina a Priorização do Uso de Agregados Reciclados, Oriundos de Resíduos Sólidos da Construção Civil ou do Asfalto-Borracha, também chamado Asfalto Ecológico, em Obras e Serviços de Asfaltamento, Pavimentação e recapeamento nas Vias e Logradouros, no Município de São Paulo, e dá outras providências.

2ª Audiência Pública aos PLs:

5) PL 079/95 – Wadih Mutran - Obriga o Poder Executivo a conceder desconto de 1,5% do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) a todos os proprietários de imóveis localizados no município de São Paulo que plantarem árvores na parte da frente de suas residências e dá outras providências.

6) PL 108/10 – Carlos Apolinário e Paulo Frange - Altera os parágrafos 1º e 3º do artigo 1º da lei 15.133 de 15 de março de 2007. (ref. níveis de ruídos e vibrações).

7) PL 126/10 - Souza Santos - Institui a “utilização de alternativas tecnológicas, ambientalmente sustentáveis”, nos conjuntos de moradias organizadas de forma horizontal ou vertical, e dá outras providências.

8) PL 272/10 –Claudio Fonseca - Dispõe sobre a implantação de pontos de entrega voluntária de medicamentos vencidos e institui a política de informação sobre os riscos ambientais causados pelo descarte incorreto desses produtos, no âmbito da cidade de São Paulo, e dá outras providências.

9) PL 342/10 – Gilberto Natalini - Estabelece diretrizes para a elaboração de inventário de emissões de gases de efeito estufa, e dá outras providências.

10) PL 405/10 – Chico Macena – Autoriza a Prefeitura Declaração de Utilidade Pública a área localizada entre a av. Vila Ema e rua Batuns, na Vila Ema..

11) PL 422/10 – Claudio Fonseca - Dispõe sobre a destinação dos pneus inservíveis no município de São Paulo, e dá outras providências.

12) PL 428/10 – Aurélio Miguel - Dá nova redação aos arts. 14 e 15 da Lei nº 14.454, de 27 de junho de 2007, que consolidou a legislação municipal sobre denominação de vias, logradouros e próprios Municipais, bem como sobre emplacamento de imóveis, e dá outras providências.

13) PL 468/10 - Francisco Chagas - Cria o programa “Adote uma Árvore” na cidade de São Paulo, e dá outras providências

14) PL 491/10 - Floriano Pesaro - Dispõe sobre a necessidade de o papel adquirido pelos órgãos da administração direta e indireta do Município de São Paulo possuir selo FSC, certificado pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal, que ateste sua origem ambientalmente correta, e dá outras providências.

15) PL 505/10 – Francisco Chagas - Torna obrigatória a instalação nos Shopping Centers de portais automáticos eletrônicos de segurança, com dispositivo de alerta sonoro para detectar armas de fogo, e dá outras providências.

16) PL 621/09 – Goulart - Fixa diretrizes para a instalação e funcionamento de estabelecimentos que realizem limpeza automotiva, e dá outras providências.

17) PL 697/09 – Senival Moura – Altera o art. 1º da Lei nº 11.775, de 29 de maio de 1995, com a redação conferida pelo art. 1º da Lei nº 13.428, de 10 de setembro de 2002, e dá outras providências. (Autoriza a regularização de parcelamento do solo para fins urbanos, implantados irregularmente, nos termos que especifica)

18) PL 736/95 – Wadih Mutran - Obriga todas as fábricas, empresas ou indústrias que funcionam durante o horário noturno, localizadas em áreas residenciais, a efetuarem a instalação de equipamentos anti-ruídos, e dá outras providências.

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Data:08/06/11

Horário: 13:00 h

Local: Salão Nobre Presidente Brasil Vita – 8º andar

Pauta

“Atendimento em saúde na cidade de São Paulo – o problema da falta de profissionais e as condições precárias de trabalho na rede municipal de saúde”

A COMISSÃO DE POLITICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE CONVIDA O PÚBLICO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE REALIZARÁ:

Data: 15/06/11

Horário: 9:00 h

Local: Plenário 1º de Maio - 1º andar

Tema: “Projeto do Parque Linear Nebulosas”

A COMISSÃO DE POLITICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE CONVIDA O PÚBLICO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE REALIZARÁ:

Data: 15/06/11

Horário: 11:00 h

Local: Plenário 1º de Maio - 1º andar

Tema: “Projeto Urbanístico Nova Luz”

A COMISSÃO DE POLITICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE CONVIDA O PÚBLICO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE REALIZARÁ:

Data: 22/06/11

Horário: 10:00 h

Local: Plenário 1º de Maio - 1º andar

Tema: “CAD ÚNICO - Tarifa Social de Energia Elétrica”

A COMISSÃO DE POLITICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE CONVIDA O PÚBLICO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE REALIZARÁ:

Data: 29/06/11

Horário: 10:00 h

Local: Plenário 1º de Maio - 1º andar

Tema: “Programa de Metas da Cidade – Agenda 2012”.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Pauta da 4ª Reunião Extraordinária

Data 07/6/11

Horário: 13:00 h

Local: Sala Sérgio Vieira de Mello - 1º subsolo

ATENDEDO A REQUERIMENTOS DO VEREADOR JOSÉ AMÉRICO foram convidados os Subprefeitos da Subprefeitura de Pinheiros, Sr. Geraldo Mantovani, da Subprefeitura de Santana, Sr. Sérgio Teixeira Alves e da Subprefeitura de Perus, Sr. Izaul Segalla Júnior, para prestar esclarecimento com relação à regulamentação do comércio ambulante em face da Lei Municipal nº 11.039, de 23 de agosto de 1991, na circunscrição das referidas subprefeituras sob os seus comandos.

SECRETARIA DA CÂMARA

MESA DA CÂMARA

ATO Nº 1153/11

Altera o art. 5º e revoga o art. 8º do Ato nº 974, de 31 de maio de 2007, que regulamenta o art. 28 da Lei nº 14.381, de 10 de maio de 2007, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, no exercício de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º O art. 5º do Ato nº 974, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Deverá ser imediatamente comunicada à Secretaria de Recursos Humanos – SGA-1, que, por sua vez, encaminhará às equipes responsáveis pelo pagamento, anotações em prontuário e demais providências pertinentes:

I – a designação e sua cessação para as Comissões regimentais permanentes e à Corregedoria;

II – a designação e sua cessação para as Comissões temporárias e a data da instalação e extinção destas;

III – a atribuição da gratificação e sua cessação aos servidores expressamente designados para o trabalho nas Sessões Plenárias.

Parágrafo único. A designação de servidores e sua cessação deverão constar, obrigatoriamente, na ocorrência de ponto.”

Art. 2º Fica revogado o art. 8º do Ato nº 974/2007.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, de 06 junho de 2011.

ATO Nº 1154/11

Constitui Comitê de Eficiência Administrativa para criação de normas administrativas reguladoras dos processos de trabalho da Câmara Municipal de São Paulo.

CONSIDERANDO a necessidade de se reavaliar os processos de trabalho para alcançar maior eficácia e eficiência nos setores administrativos da Câmara Municipal de São Paulo; **CONSIDERANDO** a necessidade de se inserir, no cotidiano deste Legislativo, práticas sustentáveis e ambientalmente corretas; **CONSIDERANDO** a necessidade de envolver setores estratégicos para o estudo e desenvolvimento de propostas que aumentem a efetividade dos trabalhos da Casa;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de se otimizar a utilização dos recursos públicos;

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, no exercício de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Fica criado o Comitê de Eficiência Administrativa para elaborar propostas de alterações dos processos de trabalho da Câmara Municipal de São Paulo.

§ 1º O Comitê constituído no caput deste artigo será composto pelos servidores: GILBERTO RODRIGUES HASHIMOTO, RF 11015; EDUARDO MIYASHIRO, RF 11031; ADELA DUARTE ALVAREZ, RF 11048; MARIO SERGIO MASCHIETTO, RF 11066; MARIA CECILIA MANGINI DE OLIVEIRA, RF 11119; CELSO GABRIEL, RF 10943; MARIA ISABEL CAVALCA, RF 10949; SANDOR VASCONCELOS SELBER DE FREITAS, RF 11150; ANTONIO CARLOS DOS SANTOS, RF 11149, e RAIMUNDO BATISTA, RF 10989; que coordenará os trabalhos.

§ 2º O Comitê submeterá mensalmente suas propostas à apreciação da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo, para apreciação e deliberação.